

É necessário repensar o processo de transformação agrária considerando a reforma agrária como um vetor estratégico do desenvolvimento social e sustentável. Isto tem implicações para o crescimento agrícola e econômico em geral, bem como para a justiça social e para o desenvolvimento concebido como expansão da liberdade.

- **A repartição dos ativos, a reforma agrária e o crescimento econômico**

Diversos trabalhos de análise econômica e histórica dos processos de desenvolvimento agrícola colocaram em evidência algumas relações importantes a serem consideradas nas discussões sobre a reforma agrária:

- Os maiores níveis de desigualdade no início (como, por exemplo, uma forte concentração da terra e do capital) afeta negativamente o crescimento econômico no longo prazo. Os países que apresentam uma elevada concentração da terra obtêm um crescimento econômico mais lento do que aqueles com uma estrutura fundiária mais igualitária. Os níveis elevados de concentração econômica e fundiária também são entraves à promoção da justiça social, deixando milhões de pessoas à margem da cidadania plena.
- Alguns fatores não estritamente econômicos ou agrícolas, como o acesso à saúde e educação, também desempenham um papel determinante nos processos de crescimento da produtividade na agricultura, particularmente para os mais pobres. Mas esses fatores só podem ser transformados em desenvolvimento econômico se os ativos produtivos, como a terra, estiverem disponíveis para a maioria dos produtores mais pobres.
- Os programas de reforma agrária devem ser acompanhados de medidas de apoio aos beneficiários para que essas reformas tenham efeitos significativos duradouros como política de redução da pobreza e promoção da equidade.
- A terra não é apenas um fator de produção, mas também de riqueza, de prestígio e de poder. Assim, sua repartição mais igualitária provoca não só um aumento dos ativos econômicos para os mais pobres, mas também um aumento do poder político e da participação social desse grupo.

- **A crítica do modelo economicista de crescimento agrário, a equidade e o desenvolvimento visto como liberdade**

Existem interações determinantes entre os processos políticos e econômicos: para terem êxito as mudanças econômicas requerem a presença de atores estratégicos. Essa dimensão política dos processos e escolhas de desenvolvimento implica um questionamento sobre a prioridade atribuída ao modelo agroexportador e aos interesses dos grandes grupos (principais beneficiários desse modelo), ao constatar que esse modelo constitui obstáculo a um desenvolvimento mais justo e equitativo. A modernização agrária pela integração aos mercados mundiais de produtos, geralmente realizada sem modificações da estrutura fundiária, muitas vezes provoca efeitos perversos: agravamento da desigualdade de renda e da concentração da terra, queda da competitividade e vulnerabilidade da agricultura familiar, degradação do meio ambiente.

Para fazer uma análise crítica do discurso e do modelo de crescimento agrícola exportador baseado no agronegócio, deve-se reconhecer que o tema da reforma agrária se insere num feixe de relações econômicas, políticas e sociais. As transformações da agricultura não se limitam simplesmente às modificações da base técnica das atividades agrícolas, mas

comportam paralelamente os efeitos de um conjunto de outros processos sociais relativamente autônomos. Esses processos são a afirmação política do campesinato, a intervenção modernizadora do Estado, o êxodo rural, os modos de organização e representação dos interesses dos diversos grupos sociais, etc. Quando esses interesses se opõem, o conflito se torna um elemento de mudança institucional intrínseco ao processo de desenvolvimento.

Além de constituir uma condição do desenvolvimento duradouro, a reforma agrária é um elemento importante da justiça social e de um processo de expansão das capacidades humanas dos trabalhadores rurais sem terra e dos habitantes rurais mais pobres em geral. Nesse sentido, essa reforma é um elemento constitutivo importante do desenvolvimento definido (segundo Amartya Sen) como um processo cujo principal meio e principal finalidade é a expansão da liberdade.